

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE 8.000 DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS DA  
PRIMEIRA EMISSÃO DA ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento, ALL – América Latina Logística S.A., companhia aberta com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 7.º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 02.387.241/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”), como Agente Fiduciário, doravante assim denominado, nomeado nesta Escritura Particular de Emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debêntures”), Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3.333, salas 307/8/9, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu estatuto social, e como Fiadora, doravante assim denominada, ALL - América Latina Logística do Brasil S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 – 7º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob nº 01.258.944/0001-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura Particular de Emissão de 8.000 Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão da ALL - América Latina Logística S.A. (“Escritura de Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

I

DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A presente Escritura de Emissão é celebrada com base nas deliberações da assembléia geral extraordinária da Emissora realizada em 13 de outubro de 2000 (“AGE”).
  - 1.1.1 Nos termos do § 1º do artigo 59 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, a AGE delegou ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre as matérias previstas nos incisos VI a VIII de referido artigo 59, incluindo competência para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, para decidir acerca da oportunidade da emissão, da época, das condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, bem como sobre a época e condições do pagamento de juros, ágio ou deságio e prêmio, se houver, e, ainda, para propor, em nome da Emissora, à assembléia de debenturistas, as alterações que julgar necessárias com relação a Escritura.

## II

### DOS REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:
- I. *Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).* A emissão será registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
  - II. *Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária e das Reuniões do Conselho de Administração.* As atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração, ambas ocorridas em 13 de outubro de 2000, foram arquivadas na junta comercial do Estado de São Paulo em 17 de outubro de 2000, sob nº 199.543/00-8 e 199.537/00-8, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Dia”, da Cidade de São Paulo, em 31 de outubro de 2000. A ata da Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 24 de novembro de 2000, em atendimento a exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários, foi arquivada na mesma junta comercial em 29 de novembro de 2000 sob nº 508430/00-8 e publicada nos mesmos periódicos em 30 de novembro de 2000; e
  - III. *Registro da Escritura de Emissão.* A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

## III

### DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 3.1 *Data de Emissão.* A data de emissão das Debêntures é 1º de novembro de 2000 (“Data de Emissão”).
- 3.2 *Quantidade de Títulos.* Serão emitidas 8.000 (oito mil) Debêntures.
- 3.3 *Valor Nominal Unitário.* O valor nominal unitário das Debêntures será R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (“Valor Nominal”), na Data de Emissão.
- 3.4 *Valor da Emissão.* O valor total da emissão será de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), na Data de Emissão.
- 3.5 *Séries.* A emissão será realizada em série única.

- 3.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie subordinada, com garantia fidejussória representada por fiança da ALL - América Latina Logística do Brasil S.A., que se obriga, de forma irrevogável e irretroatável, como principal pagadora das Debêntures, com renúncia expressa aos benefícios de ordem previstos nos artigos 1491, 1492 e seguintes do Código Civil e nos artigos 261 e 262 do Código Comercial e no artigo 595 do Código de Processo Civil. A fiança abrange o pagamento de todas as obrigações das Debêntures sob esta Escritura, incluindo o saldo do Valor Nominal não amortizado, remuneração e encargos moratórios contratados, se houver, inclusive decorrentes de eventuais demandas judiciais.
- 3.7 *Tipo e Forma.* As Debêntures serão do tipo não conversíveis em ações, nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados. O extrato contendo o número de debêntures de cada debenturista será emitido pelo Banco Itaú S.A..
- 3.8 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo de vencimento das Debêntures será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2003.
- 3.9 *Amortização.* O Valor Nominal das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais, a contar da Data de Emissão. A tabela abaixo mostra o cronograma de pagamento e os valores de amortização do Valor Nominal:

Data de Amortização	Valor Nominal
1º de novembro de 2001	R\$ 3.334,00 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais)
1º de novembro de 2002	R\$ 3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais)
1º de novembro de 2003	R\$ 3.333,00 (três mil, trezentos e trinta e três reais)

- 3.10 *Remuneração.* As Debêntures renderão juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”, capitalizados por uma sobretaxa efetiva de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano (“Remuneração”). As taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal não amortizado desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

3.10.1 *Periodicidade de pagamento.* Os juros serão pagos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se nos dias 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de maio de 2001 e o último na data de vencimento.

3.10.1.1 Se a(s) data(s) acima coincidir(em) com dia em que não haja expediente comercial ou bancário nas cidades de São Paulo e Curitiba, a(s) data(s) de vencimento dos juros ficar(á/ão) prorrogada(s) automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos (Vide item 3.19).

3.10.2 *Período de Vigência da Remuneração.* As condições de remuneração definidas acima terão período de vigência desde a Data de Emissão até 1º de novembro de 2003.

3.10.3 *Fórmula de cálculo da remuneração:*

$$JR = VN \times [ ( f_1 \times f_2 \dots \dots \times f_j ) - 1 ]$$

onde,

JR = valor dos juros a ser pago no final de cada Período de Capitalização;

VN = saldo do Valor Nominal não amortizado da Debênture no início do Período de Capitalização;

(f<sub>1</sub> x f<sub>2</sub>...x f<sub>j</sub>) = fator de variação acumulado da Taxa DI, entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do Período de Capitalização dos juros, calculado conforme fórmula abaixo:

Os termos f<sub>1</sub>, f<sub>2</sub>, f<sub>j</sub> serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{DI_j}{252}} \times \left( 1 + \frac{1,75}{100} \right)^{\frac{1}{252}}$$

onde,

f<sub>j</sub> = fator da Taxa DI, capitalizada pelo “spread” de 1,75% a.a., referente ao dia “j”;

Taxa DI<sub>j</sub> = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia “j”;

DI = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI

3.10.4 *Período de capitalização dos juros.* Define-se “Período de Capitalização” dos juros como sendo o intervalo de tempo durante o qual os juros serão acumulados de forma exponencial. O valor dos juros será agregado ao saldo do Valor Nominal não amortizado para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento dos juros será exigível somente no final do Período de Capitalização, ou seja, em 1º de maio e 1º de novembro de cada ano, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

3.10.4.1O primeiro Período de Capitalização se inicia na Data de Emissão (1º de novembro de 2000) e se encerra na data de primeiro pagamento de juros (1º de maio de 2001). Os demais Períodos de Capitalização se iniciam na data de vencimento do Período anterior e terminam na data de vencimento da remuneração seguinte, cada “Período de Capitalização” sucedendo o anterior sem solução de continuidade.

3.10.5 *Apuração da Taxa DI.* No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, conforme definida nesta Escritura de Emissão, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Caso não haja acordo entre os debenturistas e a Emissora na Assembléia, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade pelo seu saldo do Valor Nominal não amortizado acrescido da Remuneração devida até 10 (dez) dias úteis após a data de realização da referida Assembléia de Debenturistas, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

3.10.5.1Na ausência de critério legal, a remuneração que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última remuneração publicada e a data da aludida Assembléia será a Taxa DI média dos sessenta dias anteriores a extinção ou vedação legal da Taxa DI.

3.11 *Preço de Subscrição e Forma de Integralização.* As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, atualizado pelos mesmos critérios fixados para a Remuneração das Debêntures descritos no item 3.10, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, que será em moeda corrente nacional, à vista. As debêntures poderão ser subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de concessão do registro da distribuição na CVM. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP.

- 3.12 *Colocação e Procedimento.* O lançamento será público, com a conseqüente intermediação de instituições financeiras, para negociação no mercado de balcão organizado, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos bancos coordenadores, investidores institucionais, fundos e fundações presentes no mercado nacional.
- 3.13 *Resgate Antecipado.* A Emissora reserva-se o direito de promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, nos dias 1º de novembro de 2001 e/ou 1º de novembro de 2002, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração, devendo a Emissora publicar aviso aos debenturistas com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data de resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, sendo, neste último caso, mediante sorteio nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis.
- 3.14 *Aquisição Antecipada Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, após decorridos 120 (cento e vinte) dias do prazo de subscrição das Debêntures, promover a aquisição antecipada das debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei nº 6.404/76, mediante pagamento do Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculados *pro rata temporis*, devendo a Companhia publicar “aviso aos debenturistas” com antecedência mínima de 15 (quinze) dias daquela data. A aquisição poderá ser total ou parcial, neste último caso mediante sorteio. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 3.15 *Negociação.* A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP.
- 3.16 *Multa de Mora e Juros Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão acrescidos de Remuneração, bem como de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- 3.17 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas

previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

- 3.18 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes ao principal e à Remuneração a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por intermédio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e no banco mandatário para os debenturistas que não estiverem vinculados ao SND.
- 3.19 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo e na Cidade de Curitiba sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.
- 3.20 *Publicidade.* Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais “Folha de São Paulo”, “O Dia” e “Gazeta Mercantil”, todos da Cidade de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências durante o prazo de existência das Debêntures, respeitados os limites estabelecidos na Lei n.º 6.404/76.
- 3.21 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora das Debêntures ou Fiadora, na forma do disposto no item 3.21.1 abaixo, independentemente de qualquer aviso ou notificação, na ocorrência dos seguintes eventos:
- I. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou Fiadora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou a constituição da Emissora ou da Fiadora em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, ou de qualquer forma elidido pela Emissora na primeira oportunidade processual cabível, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis de sua ocorrência;
  - II. decretação de falência da Emissora ou da Fiadora;
  - III. pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou Fiadora;

- IV. falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 15 (quinze) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- V. decisão judicial transitada em julgado declarando o vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou da Fiadora, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta emissão;
- VI. a alteração do controle acionário da Emissora ou Fiadora (exceto para qualquer pessoa que controle os controladores da Emissora ou Fiadora ou seja por eles controlada). Na hipótese prevista neste item, os debenturistas se reunirão em assembleia convocada especialmente para este fim, e o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas somente as Debêntures possuídas pelos debenturistas que se manifestarem favoravelmente a tal vencimento antecipado;
- VII. a alienação de ativos da Emissora ou Fiadora em montante igual ou superior a R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). Na hipótese prevista neste item, os debenturistas se reunirão em assembleia convocada especialmente para este fim, e o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas somente as Debêntures possuídas pelos debenturistas que se manifestarem favoravelmente a tal vencimento antecipado;
- VIII. distribuição de dividendos enquanto não liquidadas as obrigações referentes às Debêntures, exceto se houver provisionamento dos juros remuneratórios e amortização para o ano subsequente, atendidas ainda as demais obrigações financeiras estabelecidas nesta Escritura de Emissão; e
- IX. demais casos previstos nesta Escritura de Emissão ou em lei.

3.21.1 Na ocorrência do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento que deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante do item 9.1 abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, pelo pagamento dos encargos previstos no item 3.16 acima.

3.22 *Destinação dos Recursos.* Os recursos obtidos com a subscrição das Debêntures serão utilizados no alongamento do perfil da dívida da Emissora.



## IV

### DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

#### 4.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia dos demonstrativos financeiros relativos a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
  - (b) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
  - (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
  - (d) qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias a contar da referida solicitação;
  - (e) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
  - (f) na mesma data em que forem publicados os avisos aos debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléia que de alguma forma envolvam o interesse dos debenturistas; e
  - (g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 3.21 desta Escritura de Emissão, imediatamente após a sua ocorrência.
- II. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures;
- III. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

- IV. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
- V. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço;
- VI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos nos termos do item 5.2.2 abaixo;
- VII. não alterar o controle acionário da Emissora (exceto para qualquer pessoa que controle os controladores da Emissora ou seja por eles controlada) sem que tenham sido constituídas garantias à presente emissão, em forma e condições que venham a ser ajustadas entre a Emissora e os debenturistas;
- VIII.** comunicar no prazo de até 5 (cinco) dias ao Agente Fiduciário qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou de quaisquer contratos de que a Emissora seja parte;
- IX. manter a relação de capital próprio sobre capital de terceiros de, no máximo, 1:4 (um para quatro);
- X.** manter a razão adiante descrita superior a 1,15 (um inteiro e quinze centésimos):  $\{(Geração\ Líquida\ de\ Caixa + Juros\ Totais) - Pagamento\ da\ Concessão/Arrendamento\} / (juros + amortizações\ totais)$ ; para os fins deste item, Geração Líquida de Caixa é definida como: valor da receita bruta da Emissora, diminuído dos (i) impostos incidentes sobre a receita bruta, (ii) custo do produto vendido, (iii) despesas com vendas e (iv) despesas administrativas e gerais; ao resultado dessa subtração, acrescem-se os valores relativos à depreciação e amortização do diferido;
- XI. A Emissora deverá manter, diretamente ou através de qualquer de suas subsidiárias, no mínimo, o montante total da dívida das empresas Ralph Inversiones S.A., Buenos Aires Al Pacífico San Martín S.A. e Ferrocarril Mesopotámico General Urquiza S.A., contratada com denominação ou com possibilidade de conversão em moeda diferente do peso argentino, protegido contra eventual desvalorização do peso argentino frente ao dólar norte-americano, durante o prazo das Debêntures, através de operações de “hedge”. Entende-se como operações de “hedge” contratos que protejam a Emissora e suas subsidiárias acima mencionadas livres de qualquer risco de eventual desvalorização do peso argentino frente ao dólar-norte americano.

Durante o primeiro ano após a Data de Emissão, as operações de “hedge” serão somente contratos celebrados com instituições financeiras. Nos 2 (dois) anos subsequentes, as operações de “hedge” incluirão contratos que contenham recebíveis em dólares norte-americanos, desde que tais recebíveis sejam aprovados pela maioria dos Debenturistas em Assembléia convocada pelo Agente Fiduciário para este fim. A Emissora tem o direito de, a qualquer tempo, convocar assembléia especial de debenturistas com o fim de liberar-se das obrigações previstas neste item.

4.1.1 Todas as menções às demonstrações financeiras da Emissora relativas às obrigações constantes nos itens IX e X acima devem ser entendidas como demonstrações financeiras consolidadas.

4.2 A Fiadora está adicionalmente obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das suas demonstrações financeiras relativas a esse exercício social e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (b) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período e declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (d) qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada dentro de 5 (cinco) dias a contar da referida solicitação;
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 3.21 desta Escritura de Emissão, imediatamente após a sua ocorrência;
- (f) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Fiadora;
- (g) comparecer nas Assembléias dos Debenturistas sempre que for solicitado;
- (h) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Fiadora;

- (i) celebrar operações financeiras com seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que os mesmos tenham participação direta ou indireta;;

## V

### DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 5.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto da presente Escritura de Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos debenturistas perante a Emissora declarando:
  - I. sob as penas de Lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
  - II. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  - III. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
  - IV. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983; e
  - V. que, nos termos do artigo 12, inciso IX da Instrução CVM nº 28, de 29 de novembro de 1983, verificou a regularidade da fiança prestada pela Fiadora, bem como que o valor dos bens da Fiadora são nesta data suficientes e exequíveis para o pagamento das debêntures.
- 5.1.1 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão ou eventual aditamento, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição e/ou vencimento das Debêntures.
- 5.2 Será devido ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:
  - (a) parcelas anuais equivalentes a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), devendo a primeira ser paga nesta data e as demais no mesmo dia e mês dos anos subsequentes;

- (b) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (c) as parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 1.º de janeiro de 2000 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata* dia, se necessário;
- (d) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- (e) em caso de inadimplência da Emissora quanto às obrigações oriundas desta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto no artigo 68, § 5º, da Lei nº 6.404/76, acrescidas à dívida da Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- (f) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) as remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Contribuição ao Fundo de Participação do Programa de Integração Social – PIS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e

- (h) na hipótese de ocorrer o cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, as parcelas vincendas serão pagas na data do cancelamento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano.
- 5.2.1 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que vier a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 5.2.2 A Emissora obriga-se a efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pela Emissora, o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma deste inciso, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes despesas relacionadas com:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;
  - II. extração de certidões;
  - III. despesas comprovadas com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e aprovadas previamente pela Emissora;
  - IV. procedimentos judiciais ou administrativos promovidos pelo Agente Fiduciário para resguardar os interesses dos debenturistas, exceto no caso de sucumbência destes, hipótese em que os debenturistas arcarão com tais despesas na forma do item 5.2 (e) acima; e
  - V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 5.3 Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá então à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o

processo de escolha. A substituição do Agente Fiduciário observará as seguintes condições:

- I. nos casos de vacância, mediante nomeação pela Emissora e aprovação dos debenturistas, e aditamento à presente Escritura de Emissão;
- II. é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- III. a substituição do Agente Fiduciário fica condicionada à comunicação prévia à CVM;
- IV. em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela Emissora e aprovada pelos debenturistas e assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário;
- V. a substituição não implicará em remuneração proporcional superior à ora avençada. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do inciso XIX do item 5.4 abaixo; e
- VI. serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços.

5.4 São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos em lei ou em normativos da CVM:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear, respeitada a alínea “g” do item 5.2 (a) todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XIII. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (d) resgate, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (e) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (f) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, especialmente aquelas previstas nos incisos VII, VIII, IX e X do item 4.1 acima, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora;
  - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
  - (i) comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa.
- XV. colocar o relatório de que trata o inciso anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (c) na CVM;
  - (d) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
  - (e) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- XVI. publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- XVIII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer,

inclusive os incisos VII, VIII, IX e X do item 4.1 acima e o item 7.1 abaixo, conforme informações obtidas junto aos administradores da Emissora; e

XIX. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (a) à CVM;
- (b) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- (c) à Emissora.

5.5 No caso de inadimplemento da Emissora, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora;
- III. tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da Emissora, salvo deliberação em contrário da assembléia de debenturistas.
- V. executar judicialmente, observado o disposto nesta Escritura de Emissão, a Fiadora, aplicando o produto da execução no pagamento, integral ou proporcional, conforme o caso, dos créditos dos Debenturistas.

5.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a III do item 5.5 acima se, convocada a assembléia de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos debenturistas em circulação. Na hipótese do inciso IV do item 5.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

## VI

### DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 6.1 Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 6.2 A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação e pela CVM.
- 6.3 Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas.
- 6.4 A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 6.5 Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, a cada debênture será atribuído um voto. Ressalvadas as disposições expressamente previstas nesta Escritura ou em lei, e salvo no que se refere a modificações nas condições das Debêntures, que dependerão da aprovação de debenturistas que representam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em circulação, as demais deliberações a serem tomadas em assembléia geral de debenturistas dependerão da aprovação da maioria absoluta de votos dos debenturistas presentes na assembléia, excluindo-se, em qualquer caso, para efeito de quorum, os votos em branco e as Debêntures pertencentes à Emissora, qualquer de suas subsidiárias, coligadas ou controladoras ou qualquer de seus diretores, conselheiros ou acionistas.
- 6.6 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias dos Debenturistas.
- 6.7 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

## VII

### DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

- 7.1 A Emissora neste ato declara que:
  - I. é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

- II. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastante para tanto;
  - III. todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
  - IV. os termos desta Escritura de Emissão não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora (ou suas controladoras, suas controladas ou suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
  - V. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação exequível, válida e eficaz da Emissora; e
  - VI. os prospectos preliminar e final relativos à emissão das debêntures contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora e suas controladas no contexto da presente emissão de debêntures; todas as declarações ali contidas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas; não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do prospecto seja substancialmente enganosa, incorreta ou inverídica; e todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no prospecto são verdadeiros.
- 7.1.1 A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos deste item.
- 7.1.2 Sem prejuízo do disposto no item 7.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

## VIII

### DAS DESPESAS

- 8.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos com o registro e publicação dos atos necessários à colocação das Debêntures da presente emissão, tais como a Escritura de Emissão e as atas da Assembléia Geral Extraordinária e da Reunião do Conselho de Administração, anúncios de início e encerramento.

## IX

### DAS NOTIFICAÇÕES

- 9.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

I. Para a Emissora:

ALL - América Latina Logística S.A. e ALL - América Latina Logística do Brasil S.A.

Av. Sete de Setembro, 2645

80230-010 - Curitiba - PR

At.: Bernardo Vieira Hees

Telefone: (41) 321 7377 / 7365

Fac-símile: (41) 321 7436

II. Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

At. Maurício Ribeiro

Avenida das Américas, nº 3.333 Salas 307/8/9

Rio de Janeiro – RJ 22631-003 - Brasil

Tel (21) 325-5059

Fax(21) 325-5969

email: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

- 9.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fac-símile deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

X

DO FORO

- 10.1 Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 24 de novembro de 2000

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.

Testemunhas